

Câmara já tem cronograma para julgar acusados

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, disse ontem que vai acatar integralmente o relatório da CPI do Orçamento. A Mesa Diretora, afirmou, está preparada para encaminhar, na próxima segunda-feira, à Comissão de Constituição e Justiça, as representações contra os deputados denunciados. É esta comissão que fará o julgamento preliminar dos acusados.

Ontem à tarde, o presidente da Câmara se reuniu com a assessoria jurídica da Casa para definir o cronograma de tramitação do relatório da CPI. "Estamos preparados para enfrentar manobras protelatórias", advertiu Inocêncio", completando que a Mesa da Câmara já está preparando a fundamentação das denúncias. "Isso tem que ser muito bem feito, para não favorecer a defesa", explicou um regimentalista da Casa. Pelo cronograma traçado, caso os

prazos sejam rigorosamente cumpridos, no dia 22 de fevereiro os processos de cassação começarão a ser julgados na Câmara. Abaixo, os prazos estabelecidos pela assessoria da Casa:

□ **24 de janeiro** — A Mesa da Câmara remete representação contra os denunciados pela CPI do Orçamento à Comissão de Constituição e Justiça. No mesmo dia encaminha ao Ministério Público e Receita Federal as outras denúncias.

□ **25 de janeiro** — A comissão designa os relatores de cada processo, que poderão tratar em bloco os parlamentares envolvidos nos mesmos tipos de denúncia.

□ **27 de janeiro a 2 de fevereiro** — Prazo de cinco sessões para a apresentação da defesa (caso o acusado não apresente defesa, a comissão nomeia um advogado dativo e correem mais cinco dias para a defesa).

□ **3 a 9 de fevereiro** — Segundo o regimento, relator tem até cinco dias para apresentar seu parecer.

□ **9 ou 10 de fevereiro** — A comissão, formada por 54 deputados, começa a votar, em separado, os relatórios contra os denunciados.

□ **13 a 20 de fevereiro** — A mesa considera esse período "recesso branco", por causa do Carnaval.

□ **22 de fevereiro** — Começam a chegar ao plenário os processos da Comissão de Constituição e Justiça, até mesmo os que absolvem os denunciados.

□ **14 de março** — Conclusão da votação das cassações em plenário.

Ação concentrada — O deputado Inocêncio Oliveira sugeriu ao presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), que o Congresso suspenda todo o processo legislativo normal, a partir da conclusão do parecer da Comissão de Justiça, concentrando as sessões para o debate das punições aos corruptos. O presidente da Câmara informa também que a corregedoria da Casa abrirá processos automáticos para investigar os parlamentares cujos nomes estão sendo sugeridos no relatório do deputado Roberto Magalhães como suspeitos de terem se beneficiados também pela máfia do Orçamento. O mesmo será feito em relação aos funcionários implicados no esquema, contra os quais serão abertos processos administrativos.